



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

7967 - Trabalho Completo - XV Reunião Regional da ANPED Centro-Oeste (ANPED-CO) (2020)

ISSN: 2595-7945

GT 08 - Formação de Professores

POLÍTICA NACIONAL DE ALFABETIZAÇÃO: MAPEANDO AS PESQUISAS (2010 A 2020)

Fabiani Inês de Almeida - UFMS/Campus de Campo Grande - Universidade Federal do Mato Grosso do Sul

Célia Beatriz Piatti - UFMS - Universidade Federal do Mato Grosso do Sul

POLÍTICA NACIONAL DE ALFABETIZAÇÃO: MAPEANDO AS PESQUISAS (2010 a 2020)

A pesquisa deve estar baseada em uma concepção teórica que fundamente todo seu processo de construção. Desse modo, o presente trabalho está alicerçado na teoria histórico cultural que se fundamenta no Materialismo Histórico Dialético e, portanto, assume-se aqui uma abordagem dialética conforme a concepção vigotskiana. Baseia-se nas principais dimensões da teoria histórico cultural: epistemológica, filosófica, lógica e ontológica. (CEDRO; NASCIMENTO, 2017).

O ser humano possui funções elementares, isto é, uma estrutura biológica, mas é devido as funções psicológicas superiores que o gênero humano se distingue dos outros seres vivos. Segundo a teoria histórico cultural, o ser humano não é imutável, isto é, um projeto acabado, tampouco formado somente por estruturas biológicas, mas sim fruto de sua interação com o meio social. Nesse processo dialético existente em um mundo concreto e objetivo, considera-se o ser humano como ser ontológico.

Para fins de esclarecimento, cabe expor o conceito maior que abrange todo o pensamento da pesquisa: a educação. Para Saviani e Duarte (2011), autores que dialogam com a teoria histórico cultural, a educação:

[...] é o ato de produzir, direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens. Assim, o objeto da educação diz respeito, de um lado, à identificação dos elementos culturais que precisam ser assimilados pelos indivíduos da espécie humana para que eles se tornem

humanos e, de outro lado e concomitantemente, à descoberta das formas mais adequadas para atingir esse objetivo. (SAVIANI, 2011, p. 13).

Educação, está diretamente ligada à história da humanidade, tendo em vista que esta tem por objetivo propiciar todo o conhecimento histórico – ontológico construído socialmente pela mediação entre os seres humanos. Nessa relação, os indivíduos tornam-se seres capazes de transformar a natureza e aperfeiçoá-la com base na sua dialética.

Nesse sentido, o presente trabalho apresenta os resultados de um levantamento bibliográfico realizado para a pesquisa intitulada “Política Nacional de Alfabetização: reflexos na formação do professor alfabetizador”, como resultado do trabalho final da Disciplina de Seminário de Pesquisa em Processos Formativos, Práticas Educativas, Diferenças, e articulada com a dissertação de mestrado, ambas alocadas no Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (PPGEdu/UFMS).

Adotaram-se duas hipóteses para o tema analisado: a) a Política Nacional de Alfabetização, enquanto projeto ideológico de reprodução do capital, tem o intuito de diminuir a importância do papel do professor como agente fundamental do processo de Alfabetização e Letramento e b) A Política Nacional de Alfabetização não contempla e não considera as práticas de Letramento como indissociáveis do processo de Alfabetização.

A problemática que desencadeia este estudo é: Quais as implicações das Políticas de Alfabetização para a formação de professores? O recorte temporal de 2010 a 2020 (10 anos) tem o objetivo de identificar a dimensão da temática “Políticas de Alfabetização” na plataforma OASIS.BR (Portal Brasileiro de Publicações Científicas em Acesso Aberto).

Tendo em vista que dez anos são trabalhos atuais e podem representar perspectivas atuais referente à temática em pauta. Foram encontrados 42 trabalhos, sendo 19 teses e 23 dissertações.

Os trabalhos encontrados basearam-se nos seguintes descritores: Formação Inicial – Alfabetização – Letramento e Políticas De Alfabetização – Alfabetização – Letramento. As buscas foram realizadas em dois momentos: o primeiro para coletar pesquisas referentes aos três primeiros descritores “Formação Inicial – Alfabetização – Letramento” e, em seguida, uma segunda busca para coletar dados referentes ao tema proposto, com base nos descritores “Políticas De Alfabetização – Alfabetização – Letramento”, ambos realizados na plataforma Oasis. Utilizou-se como critérios de seleção a leitura dos títulos dos trabalhos e seus resumos.

Os dados foram organizados em duas planilhas, nas quais elencou-se como prioridade: “título do trabalho; assunto da pesquisa conforme leitura prévia realizada dos resumos; instituição em que o trabalho está vinculado, autor e ano da pesquisa”.

Em relação ao primeiro grupo de descritores (Formação Inicial, Alfabetização, Letramento) foram encontradas 58 dissertações e 15 teses. Com o objetivo de organizar os trabalhos encontrados, realizou-se a leitura dos títulos dos trabalhos e, após essa etapa, finalizou-se o levantamento bibliográfico dos descritores “Formação Inicial – Alfabetização – Letramento”, com 26 trabalhos, sendo 6 teses e 20 dissertações.

Na segunda planilha, apresentou-se as produções encontradas com os seguintes descritores: “Políticas de Alfabetização – Alfabetização – Letramento”, coletados na plataforma Oasis no período que compreende os anos de 2010 a 2020. Foram encontrados em uma primeira busca do portal Oasis, 37 teses e 123 dissertações. Após a seleção acerca dos títulos, finalizou-se a busca com 16 trabalhos selecionados, sendo eles 13 teses e 3

dissertações.

Após a seleção das produções de teses e dissertações, iniciou-se a análise dos dados coletados datados no período que compreende os anos de 2010 a 2020. A análise foi realizada conforme o método investigativo vigotskiano. Basear uma pesquisa nesse método implica transgredir os dados que estão postos, buscar as contradições existentes no real, pautar-se pela busca da objetividade. Segundo Delari Junio (2015, p. 50-51):

Trata-se de lidar com uma realidade objetiva em movimento, não estática nem imutável. Movimento não linear, nem necessariamente ‘progressivo’ mas constituído de avanços, de retrocessos, de saltos qualitativos e mesmo de paradas momentâneas, ainda que aparentes. Processo visto então como contraditório, em luta permanente, não como ‘progresso’ ordenado, harmonioso, isento de conflito. Neste sentido, um conhecimento mais verdadeiro e/ou crítico será aquele que retratar com maior fidelidade as contradições do real, em sua estrutura, dinâmica e gênese – ser e devir. (DELARI JUNIO, 2015, p. 50-51).

O modelo calcado na política neoliberal, reduz os indivíduos a meros produtos do sistema, que devem ser competentes, práticos, passivos e, acima de tudo, úteis. Nesse ínterim, é sabido que o espaço de resistência, são as Universidades, que se tornam grandes inimigas destes governos, pois constituem-se como locais de apropriação do conhecimento crítico.

Nesse viés, a Política Nacional de Alfabetização (a partir daqui referenciada como PNA) é um documento de caráter normativo, instituída pelo Decreto 9.765 em 19 de abril de 2019 e tem o objetivo de implementar projetos e ações que promovam a qualidade da Alfabetização no Brasil com base em evidências científicas, centradas na psicologia cognitiva e na neurociência. (BRASIL, 2019).

Embasada na Base Nacional Comum Curricular, a PNA irá modificar consideravelmente os avanços já alcançados no Brasil no âmbito da Alfabetização, ao propor a ênfase no método fônico e a adoção de uma perspectiva voltada à educação domiciliar com os programas Literacia Familiar e Conta pra Mim (2019).

No levantamento bibliográfico realizado na plataforma Oasis, constatou-se que nos últimos 10 anos, a questão dos métodos de Alfabetização não foram questões centrais das pesquisas acadêmicas no Brasil datadas nesse período. Conforme levantamento feito com os descritores: Formação inicial, Alfabetização, Letramento e Políticas de Alfabetização, Alfabetização e Letramento, apontam que as discussões acerca dos Métodos de Alfabetização nesse espaço – tempo (2010 a 2020) não ganham destaque nos trabalhos acadêmicos na plataforma Oasis.

Foi realizada uma análise do conteúdo com o eixo Letramento para analisar sua dimensão presente no Decreto 9.765. Contudo, constatou-se que a palavra Letramento não aparece na PNA, tampouco é mencionada pelo documento, o que comprova a primeira hipótese indagada: A PNA não contempla e não considera as práticas de Letramento como indissociáveis do processo de Alfabetização e vai instituir, como substituto do Letramento, a Literacia.

A Literacia familiar, implementada pela PNA é uma qualidade do documento, tendo em vista a importância do vínculo entre família e criança no processo de ensino-aprendizagem. Contudo, cabe indagar algumas questões essenciais nesse processo: 1) Todas

as crianças brasileiras, com base no atual contexto social e econômico do país, têm acesso a livros e materiais que as auxiliem para a efetivação da prática da Literacia? 2) Qual a dimensão do acesso a esses materiais? 3) As famílias têm condições de efetivar a literacia familiar em casa com seus filhos?

Com o levantamento desses trabalhos, constata-se que a produção acadêmica voltada às Políticas de Alfabetização no Brasil é demasiada incipientes, em detrimento de outras temáticas que tratam sobre a Alfabetização e o Letramento, como Formação Continuada, Trabalho Pedagógico e Prática Pedagógica do professor Alfabetizador.

A grande incidência de pesquisas na área de Alfabetização e Letramento, entre os anos de 2010 a 2020, estão voltadas à articulação entre os Programas de Alfabetização, em especial o Programa Nacional pela Alfabetização na Idade Certa – PNAIC/2013-2015 e a Formação Continuada de professores alfabetizadores. Outro destaque, são os trabalhos voltados ao trabalho do professor alfabetizador dentro da sala de aula, isto é, seu trabalho pedagógico com os alunos.

Em síntese, constatou-se que as pesquisas voltadas as Políticas de Alfabetização e a Formação Inicial no Brasil, conforme dados coletados da Plataforma Oasis, ocupam um lugar secundarizado se comparada à outras linhas temáticas, como a Formação Continuada, o Trabalho Pedagógico e os Programas de Alfabetização. Observa-se a partir de 2010, uma implosão de trabalhos relacionados aos Programas de Alfabetização no Brasil.

Com base nos dados apresentados, conclui-se que os trabalhos acadêmicos de teses e dissertações com recorte temporal de 2010 a 2020 privilegiam temáticas como a Formação Continuada, Trabalho Pedagógico e Prática Pedagógica do professor alfabetizador e os Programas de Alfabetização, em detrimento da temática das Políticas de Alfabetização.

Este levantamento bibliográfico possibilitou identificar a dimensão da temática das Políticas de Alfabetização em teses e dissertações compreendidas no período de 2010 a 2020 na plataforma Oasis. Além disso, forneceu dados relevantes para a análise da PNA, baseados nos ideais do documento no âmbito da Alfabetização e do Letramento com foco na formação de professores.

Palavras – chave: Política Nacional de Alfabetização; Formação de professores; Alfabetização; Letramento.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Decreto nº 9.765**, de 11 de abril de 2019. Institui sobre a Política Nacional de Alfabetização. Brasília, 2019.

DELARI JUNIO, Achilles. Questões de método em Vigotski: busca de verdade e caminhos de cognição. In: TULESKI, Silvana. C; CHAVES, Marta; LEITE, Hilusca. A. **Materialismo histórico dialético como fundamento da psicologia-histórico cultural: método e metodologia de pesquisa**. Maringá, Eduem, 2015. p. 43-82.

CEDRO W. L; NASCIMENTO, C.P. Dos métodos e das metodologias em pesquisas educacionais na Teoria Histórico - Cultural. In: MOURA, Manoel. **Educação Escolar e pesquisa na Teoria Histórico - Cultural**. São Paulo: Editora Loyola, 2017. p. 13 a 45.

SAVIANI, Dermeval; DUARTE, Newton (Orgs.). **Pedagogia histórico-crítica e luta de classes na educação escolar**. Campinas: Autores Associados, 2015. 184p. (Coleção Polêmicas do Nosso Tempo).

